



Coleção Fórum  
DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto

# PLANEJAMENTO FAMILIAR NAS FAMÍLIAS LGBT

**Desafios sociais e jurídicos do  
recurso à reprodução humana  
assistida no Brasil**

5

**Prefácio**

*Fabiola Albuquerque Lobo*

**Posfácio**

*Maria Rita de Holanda Silva Oliveira*

**Área específica**  
DIREITO CIVIL.

**Áreas afins**

DIREITO DAS FAMÍLIAS; DIREITO HOMOAFETIVO;  
DIREITOS LGBTI+; BIODIREITO.

**Público-alvo/consumidores**

PROFISSIONAIS DO DIREITO NO GERAL  
(MAGISTRADOS, PROMOTORES, DEFENSORES,  
ADVOGADOS, PROFESSORES), COM ÊNFASE  
NA ATUAÇÃO EM DIREITO DAS FAMÍLIAS,  
ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO  
(ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO).

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10002972

Passados dez anos do histórico julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, no qual fora reconhecida a natureza familiar das uniões homoafetivas, dando-se-lhes a devida proteção jurídica, o silêncio do Legislativo sobre essa e outras questões que circundam a proteção da população LGBT+ acaba contribuindo para um estado de insegurança com relação a diferentes temas que não foram diretamente enfrentadas pelo STF naquela oportunidade. Diante disso, a proposta do presente livro é levantar a discussão jurídica em torno do planejamento familiar das famílias homoafetivas e transfetivas a respeito da legitimidade da escolha pelo desempenho de projetos parentais que se utilizem do recurso à reprodução humana assistida. Busca-se, portanto, pontuar os principais entraves sociais e jurídicos à consecução desse direito, na atualidade, e trazer soluções que contribuam para salvaguardar a sua efetividade pela ordem jurídica pátria.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N476p Silva Netto, Manuel Camelo Ferreira da  
Planejamento familiar nas famílias LGBT: desafios sociais e jurídicos do recurso à reprodução humana assistida no Brasil / Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

534 p.; 14,5x21,5cm

Coleção Fórum Direito Civil e Seus Desafios Contemporâneos, v. 5

ISBN: 978-65-5518-164-7

ISBN da coleção: 978-85-450-0675-6

1. Direito Civil. 2. Direito das Famílias. 3. Direitos LGBTI+. I. Título.

CDD 342.1

CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA NETTO, Manuel Camelo Ferreira da. *Planejamento familiar nas famílias LGBT: desafios sociais e jurídicos do recurso à reprodução humana assistida no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. (Coleção Fórum Direito Civil e Seus Desafios Contemporâneos, v. 5). 534 p. ISBN 978-65-5518-164-7.

**Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto** é Doutorando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Advogado. Mediador Humanista. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep/UFPE/CNPq) e do Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional – Grupo “Virada de Copérnico” (UFPR/CNPq). Vice-Presidente da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do Instituto Brasileiro de Direito de Família – Diretoria de Pernambuco (IBDFAM-PE). Membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (CDSG/OAB-PE). *E-mail*: manuelcamelo2012@hotmail.com.

LISTA DE QUADROS FIGURAS.....	19
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	21
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO COLEÇÃO FÓRUM DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	
<b>Marcos Ehrhardt Jr.</b> .....	25
PREFÁCIO	
<b>Fabíola Albuquerque Lobo</b> .....	27
CARTA AIS LEITORIES ABRINDO O ARMÁRIO: O FLORESCER DE UM NOVO TEMPO.....	
	31
INTRODUÇÃO .....	35

PARTE I  
AS FAMÍLIAS LGBT NA PERSPECTIVA  
CIVIL-CONSTITUCIONAL: EM DEFESA DE  
TODAS AS FORMAS DE AMOR

CAPÍTULO 1	
TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PRIVADO E AS SUAS REPERCUSSÕES NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO SOCIAL .....	
	47
1.1	A problemática da eficácia dos direitos fundamentais na esfera privada: um ponto de partida.....
	48
1.2	Evolução histórica do direito das famílias brasileiro: da família patriarcal, cis-heterossexual, biológica e matrimonial às famílias da Constituição de 1988.....
	56
1.3	A metodologia civil-constitucional e a sua aplicabilidade no direito das famílias .....
	61
1.3.1	A Constituição Federal de 1988 e a principiologia do direito das famílias.....
	67
1.3.2	A (re)personalização do direito das famílias e a dignidade da pessoa humana.....
	74
1.3.3	Multiplicidade de entidades familiares: a não taxatividade do art. 226 da Constituição Federal e a possibilidade de interpretações extensivas.....
	77
1.4	A constitucionalização da autonomia no direito privado: delineamento dos conceitos e sua abrangência no direito das famílias .....
	81

CAPÍTULO 2	
FORA DO ARMÁRIO, PARA DENTRO DAS RUAS: O MOVIMENTO LGBT E A LUTA PELO RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO.....	
	85
2.1	Da patologização ao Movimento LGBT e a luta pela emancipação político-jurídica: um breve esboço histórico.....
	89
2.1.1	A patologização da homossexualidade e da transexualidade: o papel do discurso médico na estigmatização das identidades LGBT.....
	91
2.1.2	Os Tumultos de Stonewall e o surgimento do movimento político em defesa dos direitos LGBT.....
	98

2.2	Delineando conceitos basilares: sexo, gênero, expressão de sexualidade e identidade de gênero .....	101
2.3	A importância da terminologia para o reconhecimento das identidades: quem são as pessoas que integram o movimento LGBTQIAP+? .....	107

### CAPÍTULO 3

A TUTELA JURÍDICA DAS FAMÍLIAS LGBT NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM ESTUDO DA HOMO/BISSEXUALIDADE E DAS IDENTIDADES TRANS A PARTIR DO DIREITO DAS FAMÍLIAS .....		119
3.1	A família homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise a partir da metodologia civil-constitucional.....	121
3.1.1	Reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas: a atuação do STF no julgamento da ADPF nº 132/RJ e da ADI nº 4.277/DF e as divergências com relação ao caráter ativista da decisão	129
3.1.2	Possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo gênero: a atuação do STJ no REsp nº 1.183.378/RS e a Resolução nº 175/2013 do CNJ como meios de promoção de garantias fundamentais.....	143
3.2	A família trans no ordenamento jurídico brasileiro: um estudo acerca da tutela jurídica das pessoas trans no seio familiar sob a ótica da <i>dignidade</i> e da personalidade.....	153
3.2.1	Rumo à despatologização das identidades de gênero e a sua consequente tutela pelos direitos da personalidade: contribuições da doutrina, do STF e do CNJ .....	159
3.2.1.1	As identidades trans a partir da ótica personalista: direitos à identidade, ao nome, à integridade psicofísica e à privacidade .	166
3.2.2	A conjugalidade da pessoa trans à luz dos direitos da personalidade: diversidade de sexos, erro essencial e anuência do cônjuge ou companheiro.....	179
3.3	A autonomia epistemológica do direito da diversidade sexual e de gênero e a necessidade de criação de um estatuto jurídico próprio: o reconhecimento da diferença como instrumento de efetivação de direitos.....	186

## PARTE II

### OS PROJETOS PARENTAIS ECTOGENÉTICOS LGBT NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM NOVO TEMPO HÁ DE VENCER

#### CAPÍTULO 4

OS IMPACTOS DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E O SURGIMENTO DAS FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS .....		199
4.1	Um breve histórico da filiação civil no contexto brasileiro: da legitimidade na filiação à igualdade entre os filhos de qualquer origem.....	201
4.1.1	As famílias ectogenéticas no ordenamento jurídico brasileiro: uma realidade presumida .....	208
4.2	Da bioética ao biodireito: perspectivas interdisciplinares sobre os avanços biotecnológicos e os limites da ciência .....	218
4.2.1	Os princípios da bioética e do biodireito e sua aplicabilidade prática: uma análise do uso das técnicas de reprodução humana assistida .....	223
4.3	Reprodução humana assistida: tentativa conceitual, finalidade e técnicas .....	227
4.3.1	Inseminação artificial (IA) .....	231
4.3.2	Transferência intratubária de gametas (GIFT).....	232
4.3.3	Transferência intratubária de zigotos (ZIFT).....	233
4.3.4	Fertilização <i>in vitro</i> (FIV) .....	234
4.3.5	Injeção intracitoplásmica do espermatozoide (ICSI).....	237
4.3.6	Técnicas auxiliares ao procedimento de RHA.....	237

## CAPÍTULO 5

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E AS DIFICULDADES NA SUA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA: ENTRE TENTATIVAS E ERROS.....		245
5.1	Aspectos controversos da reprodução humana assistida: por que é tão difícil regulamentar? .....	247
5.1.1	Gestação por substituição: solidariedade ou instrumentalização?.....	247
5.1.1.1	A gestação sub-rogada na experiência estrangeira.....	248
5.1.1.1.1	França .....	250
5.1.1.1.2	Itália .....	251
5.1.1.1.3	Portugal.....	253
5.1.1.1.4	Reino Unido.....	256
5.1.1.1.5	Uruguai .....	256
5.1.1.1.6	Ucrânia .....	257
5.1.1.1.7	Estados Unidos .....	259
5.1.1.2	A gestação sub-rogada no Brasil: conflitos éticos e jurídicos.....	262
5.1.1.3	A bioética feminista e a gestação sub-rogada: debates em torno do respeito aos direitos das mulheres ante a relação biomédica – Exploração ou emancipação? .....	277
5.1.2	Anonimato do doador de gametas na reprodução humana assistida heteróloga: o direito ao conhecimento da origem genética em face do direito à intimidade do(a) doador(a) .....	289
5.1.3	“Produções independentes” de parentalidade: pode-se falar em direito à biparentalidade? .....	297
5.2	Resoluções do Conselho Federal de Medicina: a regulamentação deontológica da reprodução assistida.....	302
5.3	Uma realidade à margem da lei: os projetos de lei brasileiros e a tentativa de normatização das técnicas de reprodução humana assistida .....	312
5.4	Provimentos nº 52/2016 e nº 63/2017 do CNJ: a extrajudicialização do registro de crianças fruto das técnicas de reprodução humana assistida.....	317

## CAPÍTULO 6

FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS LGBT: O PLANEJAMENTO FAMILIAR E O USO DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NA CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE E DA TRANSPARENTALIDADE .....		327
6.1	O planejamento familiar no Brasil: uma análise da Constituição de 1988 em conjunto com a Lei nº 9.263/96.....	330
6.1.1	Direitos sexuais e reprodutivos e a sua relevância para o exercício efetivo do planejamento familiar .....	334
6.1.2	Os limites ao planejamento familiar: a dignidade da pessoa humana e a parentalidade responsável como demarcadores da concretização de projetos parentais autônomos .....	340
6.2	O planejamento familiar no âmbito da diversidade sexual e de gênero e os projetos parentais LGBT: a (homo/trans) parentalidade à luz da Constituição Federal de 1988.....	344
6.3	Obstáculos à concretização dos projetos parentais ectogenéticos LGBT? .....	348
6.3.1	Heterocisnormatividade social e preconceito: entre fatos e mitos .....	349
6.3.2	A reprodução humana assistida como uma alternativa para as famílias LGBT: uma escolha legítima? .....	356
6.3.3	Colisão de direitos fundamentais: a objeção de consciência do médico em face dos direitos reprodutivos dos casais homoafetivos e transafetivos .....	367
6.3.4	A preservação dos direitos reprodutivos das pessoas trans: a heterocisnormatividade reprodutiva e os direitos reprodutivos da população T.....	373
6.3.4.1	(Des)construindo a ideia de corpo-homem e corpo-mulher: a heterocisnormatividade reprodutiva como instrumento de	

violência simbólica imposto às pessoas trans e a necessidade de superação desse paradigma.....	374
6.3.4.2 Em busca da autonomia na reprodução: como conciliar as transidentidades com a manutenção da capacidade reprodutiva das pessoas trans?.....	378

## CAPÍTULO 7

A VIABILIZAÇÃO DOS PROJETOS PARENTAIS ECTOGENÉTICOS LGBT: AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E TRANSPARENTAIS ADVINDAS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA .....	385
7.1 As diferentes possibilidades de configuração das famílias ectogenéticas homoparentais cisgêneras a partir da ótica biparental .....	387
7.1.1 Casais femininos e a dupla maternidade .....	387
7.1.2 Casais masculinos e a dupla paternidade .....	393
7.2 As diferentes possibilidades de configuração das famílias ectogenéticas transparentais a partir da ótica biparental .....	402
7.2.1 Homem trans (FtM) em um contexto familiar heteroafetivo .....	405
7.2.1.1 Homem trans (FtM) em relacionamento heteroafetivo com uma mulher cis.....	405
7.2.1.2 Homem trans (FtM) em relacionamento heteroafetivo com uma mulher trans (MtF) .....	412
7.2.2 Homem trans (FtM) em um contexto familiar homoafetivo .....	416
7.2.2.1 Homem trans (FtM) em relacionamento homoafetivo com um homem cis .....	416
7.2.2.2 Homens trans (FtM) em relacionamento homoafetivo .....	417
7.2.3 Mulher trans (MtF) em um contexto familiar heteroafetivo .....	418
7.2.3.1 Mulher trans (MtF) em relacionamento heteroafetivo com um homem cis .....	419
7.2.3.2 Mulher trans (MtF) em relacionamento heteroafetivo com um homem trans (FtM).....	421
7.2.4 Mulher trans (MtF) em um contexto familiar homoafetivo .....	421
7.2.4.1 Mulher trans (MtF) em relacionamento homoafetivo com uma mulher cis.....	422
7.2.4.2 Mulheres trans (MtF) em relacionamento homoafetivo .....	423
7.3 As diferentes possibilidades de configuração das famílias ectogenéticas homoparentais e transparentais a partir da ótica monoparental .....	424
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	429
POSFÁCIO	
Liberdade e igualdade no debate sobre o projeto parental das famílias LGBT	
<b>Maria Rita de Holanda</b> .....	445
APÊNDICES	
APÊNDICE A: QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS RESOLUÇÕES DO CFM QUE VERSAM SOBRE TRHA .....	451
APÊNDICE B: QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS PROJETOS DE LEI COM PROPOSTAS DE REGULAMENTAÇÃO MAIS ABRANGENTES DAS TRHA .....	465
APÊNDICE C: QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS PROJETOS DE LEI COM PROPOSTAS PONTUAIS DE REGULAMENTAÇÃO DAS TRHA .....	491
APÊNDICE D: QUADRO ESQUEMÁTICO REFERENTE À UTILIZAÇÃO DAS TRHA NOS CONTEXTOS FAMILIARES BIPARENTAIS HOMOAFETIVOS CISGÊNEROS.....	497
APÊNDICE E: QUADRO ESQUEMÁTICO REFERENTE À UTILIZAÇÃO DAS TRHA NOS CONTEXTOS FAMILIARES MONOPARENTAIS CISGÊNEROS E TRANSGÊNEROS.....	501
REFERÊNCIAS .....	505